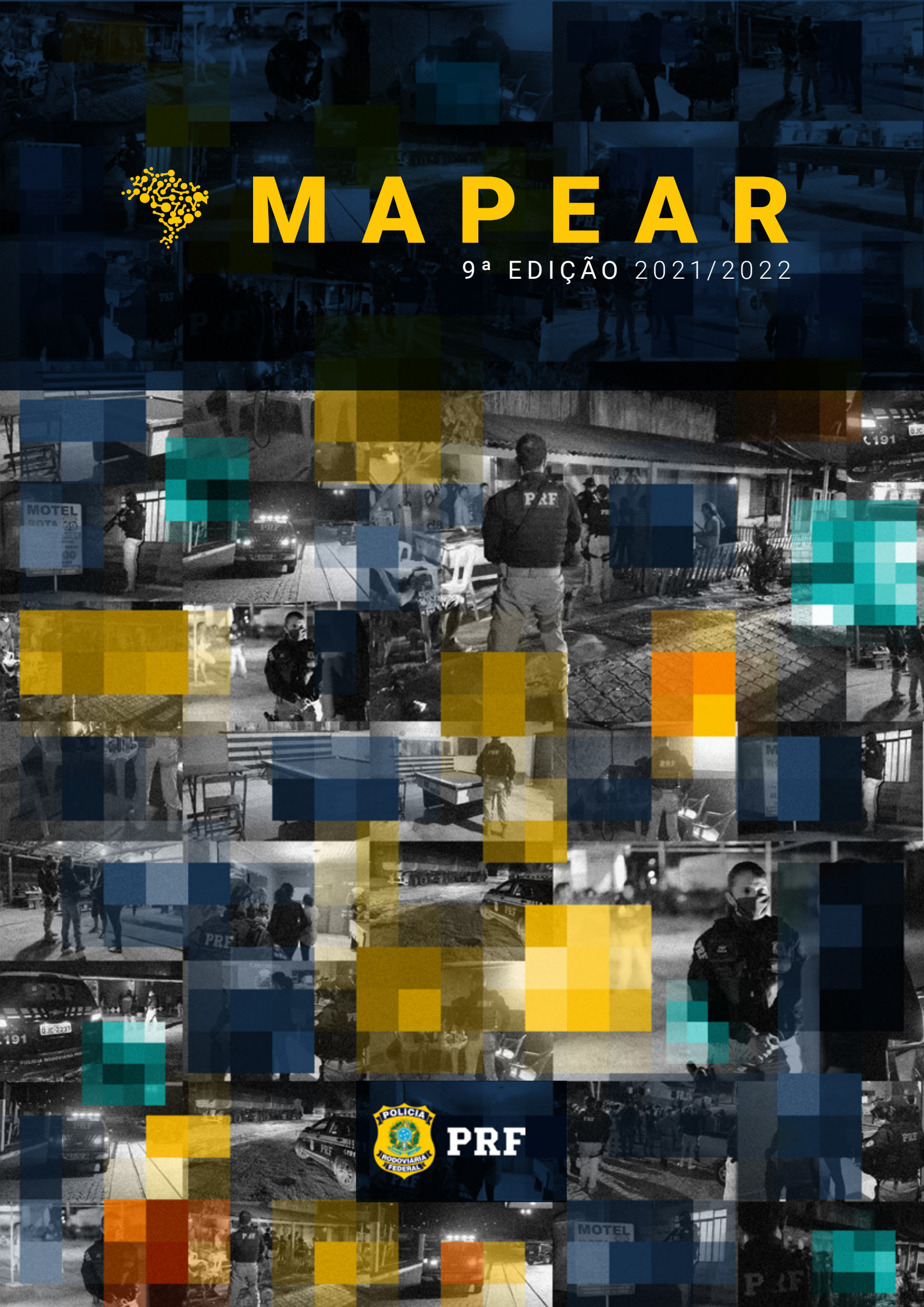




MAPEAR

9ª EDIÇÃO 2021/2022



PRF

Siglas utilizadas

- ASBRAD** Associação Brasileira de Defesa da Mulher, da Infância e da Juventude
- BPRv** Batalhão de Polícia Rodoviária
- CBO** Classificação Brasileira de Ocupações
- SDH** Setor de Direitos Humanos
- DINT** Diretoria de Inteligência
- DIOP** Diretoria de Operações
- DPU** Defensoria Pública da União
- DST** Doenças Sexualmente Transmissíveis
- ESCA** Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes
- MJSP** Ministério da Justiça e Segurança Pública
- MDH** Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania
- MPT** Ministério Público do Trabalho
- OTDH** Operações Temáticas de Combate aos Crimes Contra os Direitos Humanos
 - OIT** Organização Internacional do Trabalho
- PRF** Polícia Rodoviária Federal
- PNMC** Programa Na Mão Certa
- AIDS** Síndrome da Imunodeficiência Adquirida



DIRETOR-GERAL

Antônio Fernando Souza Oliveira

DIRETOR DE OPERAÇÕES

Marcus Vinícius Silva de Almeida

EQUIPE DE PROJETO

Autor

João Gabriel Dadalt - CHEFE DO
SETOR DE DIREITOS HUMANOS

Co-autoras

Anna Flora Werneck - CONSULTORA DA
CHILDHOOD BRASIL

Eva Cristina Dengler - GERENTE
DE PROGRAMAS E RELAÇÕES
EMPRESARIAIS DA CHILDHOOD
BRASIL

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Guza Rezê

APOIO E PARCERIA

MDH - Ministério dos Direitos Humanos
e da Cidadania

MPT - Ministério Público do Trabalho
Childhood Brasil



Sumário

01/ CARTAS INSTITUCIONAIS	06
02/ PREFÁCIO	11
03/ RESUMO EXECUTIVO	12
04/ INTRODUÇÃO	17
05/ VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES	18
06/ HISTÓRICO E EVOLUÇÃO DO MAPEAMENTO NAS RODOVIAS FEDERAIS BRASILEIRAS	20
07/ METODOLOGIA DE TRABALHO	23
08/ RESULTADOS	26
09/ OPERAÇÕES E DESDOBRAMENTOS	34
10/ PRÊMIOS E RECONHECIMENTOS	38
11/ DESAFIOS PARA O PRÓXIMO BIÊNIO	39
12/ CONSIDERAÇÕES FINAIS	41

1. Cartas Institucionais

Childhood Brasil



A **Childhood Brasil** é uma organização brasileira e faz parte da **World Childhood Foundation**, instituição internacional criada em 1999 por Sua Majestade Rainha Silvia da Suécia para proteger a infância e garantir que as crianças sejam crianças. No Brasil, a organização influencia políticas públicas e privadas e estimula a sociedade civil a olhar para a questão da violência sexual contra crianças e adolescentes.

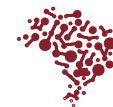
A abordagem da **Childhood Brasil** com o setor privado parte da premissa de que toda empresa socialmente responsável não pode admitir nenhum tipo de violação dos direitos de crianças e adolescentes na sua cadeia de valor. Uma das sólidas iniciativas da organização com esse público é o **Programa Na Mão Certa**.

Lançado em 2006, o **Programa Na Mão Certa** tem a missão de levar o setor privado a atuar no enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias brasileiras no âmbito da responsabilidade social empresarial e das diretrizes de sustentabilidade. O **Programa** já mobilizou mais de 2.000 empresas e entidades empresariais através da assinatura do Pacto Empresarial contra Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes nas Rodovias Brasileiras. Seu principal objetivo é a sensibilização dos motoristas de caminhão para que atuem como agentes de proteção dos direitos de crianças e adolescentes.

O **Programa Na Mão Certa** também promove o diálogo e a atuação intersetorial para prevenção e enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes. Foi através dessa frente que a **Childhood Brasil** firmou, em 2009, um Acordo de Cooperação Técnica com a **Polícia Rodoviária Federal** no qual o Programa e as empresas participantes puderam cooperar no processo de revisão e qualificação da metodologia do mapeamento de pontos vulneráveis à exploração sexual de crianças e adolescentes. Desde então, a organização vem trabalhando junto com a PRF no sentido de qualificar o mapeamento, disseminar os resultados, capacitar os policiais na causa e promover atuação intersetorial.

Sem comprometer a metodologia estabelecida pelo mapeamento, cada nova edição traz avanços importantes. Enquanto a edição de 2011/2012 apresentou o mapeamento com a nova metodologia, a de 2013/2014 buscou novos dados sobre as vítimas e cruzou os pontos vulneráveis com dados socioeconômicos. O biênio de 2015/2016 foi dedicado ao desenvolvimento de um aplicativo para os policiais rodoviários federais mapearem os pontos vulneráveis, cujos dados passaram a ser utilizados a partir do biênio 2017/2018.

No biênio de 2019/2020 a maior familiaridade dos policiais com a metodologia e com o aplicativo influenciou no aumento do número total de pontos absolutos mapeados. Um padrão que tam-



bém podemos observar nesta edição 2021/2022 do mapeamento onde houve um aumento de 167% do número total dos pontos. Ainda que o aumento do número total chame nossa atenção, a redução da proporção do total de pontos críticos (6,6%) e de alto risco (5%) seguiu a mesma tendência da edição passada e nos provoca algumas reflexões.

Parte da qualidade do mapeamento resulta da mudança na gestão operacional do Projeto Mapear como uma atividade imprescindível da área de operações. Policiais comprometidos e preparados usam a ferramenta com mais cuidado e rigor.

A redução dos pontos críticos e de alto risco na série histórica do mapeamento também pode sugerir a migração dos pontos para fora das rodovias federais ou pode indicar uma hipótese que estamos observando nos últimos anos: a atuação das redes de exploração sexual pode estar acontecendo nos meios digitais. Isso em parte justifica porque a presença de crianças e adolescentes em situação de exploração sexual não é mais tão visível.

O mapeamento dos pontos vulneráveis é uma valiosa ferramenta para o **Programa Na Mão Certa**, bem como para todos os serviços que integram a rede de proteção, pois os dados permitem maior assertividade das ações de prevenção e enfrentamento à exploração sexual nas rodovias federais.

Ainda que tenhamos avançado nos últimos anos, há grandes desafios pela frente na nossa parceria no Projeto Mapear com a **Polícia Rodoviária Federal**, como segue:

- *qualificação dos dados sobre as vítimas;*
- *integração com os outros dados oficiais;*
- *ampliação da articulação com as redes locais de proteção para encaminhamento dos casos;*
- *transferência da metodologia para as Polícias Rodoviárias Estaduais;*
- *incorporação do olhar sobre o tráfico de pessoas relacionado à exploração sexual;*
- *investimento para compreender como os meios digitais podem estar mediando a exploração sexual de crianças e adolescentes no contexto das rodovias.*

Na medida que amadurecemos o enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes, este crime ganha novos contornos. Precisamos continuar investindo na prevenção desta violação e na identificação das suas manifestações. Somando forças e trabalhando de forma articulada conseguiremos garantir a proteção de crianças e adolescentes.

MPT

Ministério Público do Trabalho



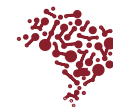
O projeto Mapear é uma ferramenta de enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes (ESCA) criada pela Polícia Rodoviária Federal em 2003 e que, desde então, tem promovido não só articulação e o fortalecimento de parcerias e de cooperação interinstitucionais, mas também a mobilização da rede de proteção, por intermédio de seus diversos atores, para combater a referida violação de direitos, que é classificada, no ordenamento jurídico brasileiro, como ilícito criminal e trabalhista.

Uma das formas mais extremas de violação dos direitos humanos, a exploração sexual de crianças e adolescentes, também classificada como uma das piores formas de trabalho infantil, segundo a Convenção nº 182 da OIT, e considerada crime hediondo pela legislação brasileira, é realidade vivenciada em muitos países, de maneira mais acentuada naqueles onde há maior vulnerabilidade socioeconômica decorrente dos altos índices de pobreza, desigualdade social, discriminação de gênero, abuso de drogas e álcool, deslocamento, migração, conflitos armados, desastres naturais, normas sociais prejudiciais e tolerância social.

Para além do mapeamento e identificação de pontos vulneráveis à exploração sexual, o Mapear faz o levantamento das vulnerabilidades desses territórios, consistindo em um grande ferramenta para a atuação preventiva do Sistema de Garantias de Direito (SGD). É, portanto, um instrumento de produção de conhecimento que pode fortalecer sobremaneira a capacidade de o Estado enfrentar a ESCA, seja por meio de estratégias concretas de prevenção e erradicação, seja por intermédio do robustecimento da rede de proteção, incumbida de dar assistência integral às vítimas.

Desde o Primeiro Congresso Mundial contra a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, ocorrido na cidade de Estocolmo em 1996, perpassando pelo Segundo, ocorrido na cidade de Yokohama em 2001, até o Terceiro - e último -, ocorrido na cidade do Rio de Janeiro em 2008, as discussões sobre a temática e as diretrizes para o enfrentamento da violação avançaram significativamente. A iniciativa Mapear integra de forma efetiva o campo de estratégias de fomento à interação e cooperação entre órgãos governamentais e não governamentais e guarda simetria estrutural com as linhas específicas de ação acordadas no Primeiro Congresso Mundial sobre a organização da política pública contra a exploração sexual, ao menos no campo da cooperação, prevenção e proteção, três dos cinco eixos de Estocolmo, pensados e elaborados para a elaboração e estruturação das políticas nacionais de enfrentamento à ESCA.

A compreensão do fenômeno ao longo desses anos mudou substancialmente, fruto sobretudo das discussões travadas nesses importantes Congressos realizados. Tanto é que a concepção da exploração sexual de crianças e adolescentes, sob a perspectiva de direitos, foi incorporada, no Brasil e no mundo, a vários marcos normativos. O termo comercial, antes utilizado para designar a exploração sexual intermediada por terceiros foi abolido, de modo que os clientes, e não só



os intermediários, sejam também reconhecidos e responsabilizados como exploradores. Nesse sentido, a Lei nº 12.015/2009 incorporou essa inovação no ordenamento jurídico brasileiro, ao inserir o tipo previsto no artigo 218-B, § 2º, I do Código Penal.

Contudo, o enfrentamento à ESCA continua sendo um tema desafiador, permeado por julgamentos e preconceitos, inclusive no âmbito do sistema de justiça, e marcado pela falta de prioridade nas agendas políticas, e de investimento adequado por parte do Estado. A violência institucional continua sendo uma constante, razão pela qual é mandatória e urgente a necessidade de formação contínua dos integrantes do Sistema de Garantias de Direitos. E, nesse aspecto especificamente, a iniciativa Mapear tem sido exemplar, porque tem investido consideravelmente na formação, sob a perspectiva dos direitos humanos, dos/as integrantes da Polícia Rodoviária Federal, muito especialmente daqueles e daquelas agentes que integram a iniciativa.

O Ministério Público do Trabalho está atento às dificuldades e à complexidade da atuação no combate à ESCA. Para além da ausência de políticas públicas eficazes de enfrentamento das condicionantes que perpetuam essa grave violação de direitos, há uma série de aspectos que dificultam a ação dos integrantes do Sistema de Garantia de Direitos, tais como: a) a inexistência ou ineficácia de fluxos de atendimento dos casos de exploração sexual de crianças e adolescentes nos territórios, com quebra da ação intersetorial necessária para o enfrentamento eficaz ao problema, o que também gera subnotificação e, portanto, impacto negativo na atuação do SGD, e b) a ausência de dados estatísticos confiáveis e fidedignos acerca das ocorrências de exploração sexual, inclusive quanto aos casos apurados na esfera penal.

Nesse contexto de fragilidades, a iniciativa MAPEAR - Mapeamento dos Pontos Vulneráveis à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, construída e alimentada por meio de parcerias interinstitucionais, vem despontando como um extraordinário instrumento indutor e potencializador das ações de enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes, com influências significativas e impactos positivos na movimentação da rede de proteção e na conscientização da sociedade, sobretudo nas rodovias públicas federais, acerca da gravidade e nocividade dessa violação de direitos. É uma iniciativa que ecoa, reverbera, sensibiliza e transforma vidas.

MDH

Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania

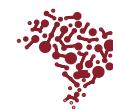
Nós, da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, temos como função precípua a promoção e proteção das crianças e dos adolescentes com prioridade absoluta. A erradicação da violência também é uma das nossas principais preocupações.

A violência sexual, especificamente, tem sido enfrentada com ações intersetoriais desde o lançamento do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infantojuvenil, aprovado pelo Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, em 2000. A interpretação de que a criança e o adolescente precisam de diversos atores institucionais para sua proteção integral é preconizada na Convenção sobre os Direitos da Criança, pela Organização das Nações Unidas - ONU e ratificada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Ambos os marcos legais estruturantes da política nacional de proteção de crianças e adolescentes.

À revelia de todas as normativas vigentes e apesar dos avanços das políticas públicas e dos esforços coordenados de seus muitos agentes públicos e da sociedade civil, os crimes de estupro de vulnerável, abuso sexual, o favorecimento da exploração sexual, tráfico de pessoas ou outras formas de violência contra crianças ou adolescentes ainda ocorrem no nosso País. Assim, é indispensável contarmos com profissionais comprometidos e aptos a coibir essas práticas criminosas, sobretudo nas rodovias federais, onde, muitas vezes, o Estado não chega por meio de seus equipamentos da rede de proteção.

Nesse sentido, o Projeto Mapear, da Polícia Rodoviária Federal (PRF), cataloga e classifica, quanto ao nível de risco para ocorrência de exploração sexual de crianças e adolescentes, os diversos pontos das rodovias federais, de maneira a criar um mapa de intervenção para políticas públicas, visando à proteção integral das crianças e adolescentes, proporcionando o planejamento e a intervenção qualificada da própria corporação e dos demais integrantes da rede de proteção. A intervenção dos agentes é essencial para a implantação de uma cultura de proteção e prevenção à exploração sexual e ao tráfico de crianças e adolescentes, tanto junto aos usuários das rodovias quanto junto à própria Polícia Rodoviária Federal.

O Projeto MAPEAR tem se sobressaído pela sua efetividade no combate à exploração sexual, utilizando técnicas contemporâneas de mapeamento das áreas mais vulneráveis. Além disso, o diálogo e a cooperação entre organizações para a implementação de medidas que visam a proteção das crianças e adolescentes, somam-se às capacitações e sensibilizações dos atores da rede de proteção. Seu efeito social é de intervenção imediata, nos casos de crimes detectados, mas também de longa duração, dada a alteração de condutas promovidas junto aos usuários das rodovias, nas cidades que as margeiam e aos agentes públicos envolvidos com a pauta, visando a prevenção e o enfrentamento.



Dessa forma, permitam-me felicitá-los pelo brilhante trabalho executado pelo projeto MAPEAR e podem contar com o nosso apoio e reconhecimento.

Esperamos que essa iniciativa inspire outras organizações e órgãos públicos a se associarem à luta contra a exploração sexual de crianças e adolescentes.

Ficamos à disposição para cooperar com o Projeto Mapear em ações que reforcem o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes e o tráfico de pessoas, somando esforços para a garantia da proteção integral e da prioridade absoluta, por um país mais justo e democrático para seus filhos e filhas!

Ariel de Castro Alves

Secretário Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania e Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA.







2. Prefácio

A Polícia Rodoviária Federal (PRF) traz no seu arcabouço histórico uma formação bastante diferenciada. Foi uma polícia idealizada e nascida da necessidade de ajuda a pessoas que dependiam de socorro, muitas vezes inadiável. Apesar de possuir a atribuição formalizada de policiamento eficiente das rodovias, a então Polícia das Estradas prestava um serviço essencialmente humanitário ao providenciar a retirada de pessoas de trechos interrompidos, socorro mecânico e até alimentação para cidadãos que se encontravam sob toda sorte de intempéries em rodovias precárias, no interior de veículos que também o eram. Ao longo da sua atividade, a PRF passa, naturalmente, a exercer papel de referência nessas circunstâncias.

Não são raras as histórias de partos realizados ou de pessoas que recebem alimentos, tudo intermediado pela PRF ou ainda pelo policial, de forma individual. Pudemos acompanhar de perto, certa vez, ao fim da década de 1990, um policial que, tendo notícias de um caminhoneiro que viajava com filho doente, abrigou-o juntamente à mãe em sua própria residência durante semanas, até que o profissional do volante pudesse retornar às atividades.

Não se trata de caso isolado, ainda que lamentavelmente pouco documentado, até pouco tempo atrás. O socorro e ajuda humanitária eram de tal forma intrínsecos à atividade PRF que a maioria dessas situações não eram sequer formalizadas.

O envolvimento da instituição com causas relativas aos Direitos Humanos é, pois, tão natural nos dias de hoje quanto o era a prestação de socorro humanístico em um tempo em que ainda não existia a Organização das Nações Unidas, tampouco a Declaração Universal dos Direitos Humanos. É uma vocação histórica que a instituição possui no que se refere à proteção, garantia e defesa dos Direitos Humanos.

3. Resumo Executivo

O MAPEAR é um projeto da Polícia Rodoviária Federal que tem como objetivo trazer a cada dois anos os dados relativos aos pontos vulneráveis à exploração sexual de crianças e adolescentes (ESCA) ao longo das rodovias federais do país. Pontos vulneráveis são aqueles que apresentam em suas características fatores que podem aumentar ou diminuir o risco de ocorrência de ESCA. Lidar com os pontos a partir dos seus diferentes níveis de vulnerabilidade apresentados pelo projeto permite ao gestor operacional da PRF aplicar a ação adequada de forma assertiva, o que torna o MAPEAR fundamental para o planejamento das ações que visam combater a exploração sexual de crianças e adolescentes. Desta forma, a presente publicação não apresenta os pontos de efetiva exploração, mas os pontos que reúnem riscos relacionados às vulnerabilidades que orbitam ocorrências desta natureza.

A exploração sexual é uma forma de violência sexual que pressupõe uma relação de mercantilização na qual o contato ou a relação sexual são frutos de uma troca, seja ela financeira, de favores ou presentes. É uma das formas mais cruéis de violência por constituir em um ato invasivo que interfere nas dimensões físicas e psicológicas das vítimas, as quais, ao encontrarem-se nessa situação, já tiveram outros direitos negados ou violados.

No biênio 2021/2022 foram mapeados 9.745 pontos vulneráveis à ESCA nas rodovias federais, dos quais 640 foram classificados como críticos, o que representa 6,5% do total de pontos catalogados. Comparado ao biênio anterior, no qual foram mapeados um total de 3.651 pontos, dos quais 470 foram classificados como críticos, houve um aumento de 266,91% no número global, o que possibilitará a ampliação das ações ao longo das rodovias federais, já que mais pontos totais mapeados significam um planejamento de operações mais próximo de cada necessidade local. A realização de ações cada vez em maior escala nos últimos anos foi fator determinante para a redução do percentual de pontos críticos, os quais representavam 12,9% do total de pontos no biênio anterior, passando a representar 6,5% no atual mapeamento. Vale ressaltar que os pontos críticos são os de maior interesse operacional, pois reúnem os maiores fatores de vulnerabilidade em uma rodovia federal.

Assim como no biênio anterior, constatamos que a maior parte dos pontos mapeados encontram-se em áreas urbanas, totalizando 58% dos casos. Assim como outros crimes, a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (ESCA) depende de fluxo monetário e de pessoas nos locais, assim como de logística que facilite o acesso das crianças e adolescentes aos locais de exploração.

Por se tratar de um tema complexo e ter em suas raízes variadas vulnerabilidades sociais, a ESCA carece de um fortalecimento constante da rede de apoio, que consiste na união de instituições públicas, privadas e da sociedade civil, pois o olhar e ação de apenas parte dessa cadeia de proteção compromete a mudança necessária à vida de uma vítima resgatada, assim como de sua família. Toda criança ou adolescente resgatado em situação de vulnerabilidade, seja ela de efetiva exploração sexual, ou outra que a precede, traz consigo um histórico de direitos e acessos

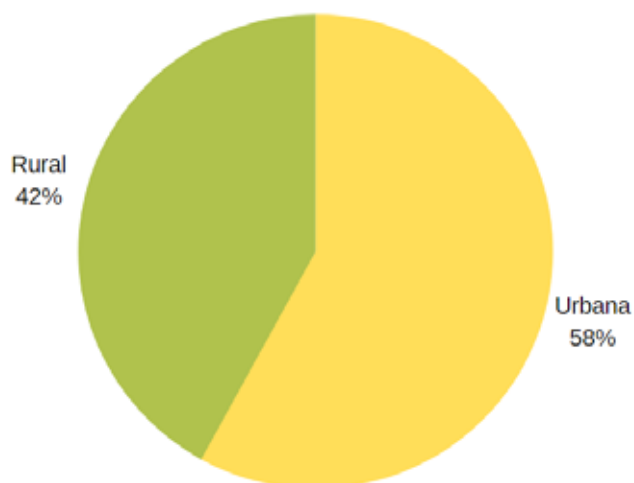


negados a cultura, lazer, educação, saúde ou ao convívio familiar sadio. Identificar qual a necessidade e perfil da criança e adolescente resgatado durante as operações que utilizam o Mapear como base de planejamento é um dos grandes objetivos do projeto, para que assim seja possível alimentar a rede de apoio com as informações necessárias à aplicação das mudanças.

Neste contexto, somam-se à PRF as importantes parcerias com a Childhood Brasil, MDH, MPT, ASBRAD e Conselhos Tutelares que, através da troca de conhecimentos e atuação conjunta durante as operações, vêm buscando os melhores meios para prover uma entrega de excelência, não só para as crianças e adolescentes que carecem de proteção e tutela, mas para toda a sociedade.

Números do texto

GRÁFICO 1 - ÁREA 2021/2022







4. Introdução

O Projeto Mapear foi desenvolvido para levantar indícios de vulnerabilidades relacionadas ao crime de Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (ESCA) nas rodovias federais brasileiras. O resultado do mapeamento tem como principal objetivo nortear as ações repressivas e preventivas de combate à ESCA, que trazem em seus resultados operacionais conhecimentos necessários para orientar as políticas públicas, privadas e ações não governamentais.

Atuar de forma assertiva permite que a PRF conheça o perfil da criança ou adolescente resgatado e assim compreenda os diferentes fatores que as levaram às condições encontradas no momento do resgate. Nesse aspecto, é oportuno destacar a importância da rede de apoio que irá atuar no pós-resgate como os Conselhos Tutelares, os quais terão como função promover a quebra do ciclo de vulnerabilidade ao qual a vítima foi exposta, seja através de encaminhamento aos Centros de Referência Especializado de Assistência Social (Creas), seja identificando programas sociais que atendam às necessidades do resgatado. Sem essa atuação de nada adiantaria mapear os pontos, promover ações nestes locais e resgatar crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, pois o fator que as levou a essa condição precisa necessariamente ser tratado.

O levantamento de pontos vulneráveis considera as “características vulnerabilizadoras” e não os pontos de efetiva exploração sexual. Todo e qualquer local onde haja fluxo ou aglomeração de pessoas é considerado um ponto a ser mapeado, porém nem todos serão tratados da mesma for-

ma, pois o projeto, através de sua metodologia, os classifica com diferentes níveis de risco (baixo, médio, alto e crítico). No âmbito do planejamento operacional, os pontos críticos são os de maior interesse e que terão prioridade quando tratamos da execução de ações preventivas e repressivas. Os pontos de baixo e médio risco costumam ser tratados como pontos que necessitam de acompanhamento a cada biênio para que um aumento de criticidade seja detectado e analisado pelo gestor. Os pontos classificados como de alto risco também serão alvos de ações preventivas e repressivas, porém em escala de prioridade menor que os críticos.

O mapeamento dos pontos vulneráveis traz luz ao problema de Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, tendo em vista que há poucos dados qualificados publicados. Desta forma, a PRF, através do Mapear, oferece à sociedade um instrumento de extremo valor para desenvolver e monitorar políticas públicas e privadas de proteção de crianças e adolescentes nas rodovias federais.

A capilaridade da PRF, presente nos 26 Estados e Distrito Federal, nos aproximados 71.000km de rodovias federais, possibilita a compilação de dados de caráter nacional, permitindo comparações entre os Estados, regiões, assim como a evolução destes ao longo dos biênios.

Esta publicação apresenta os resultados do biênio 2021/2022 e oferece uma reflexão e análise da série histórica de nove edições e operações continuadas e a forma como a resolução do problema se conecta a cada personagem que tem como função pensar soluções para esse complexo problema social.

5. Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes

Nos primeiros anos de vida e na travessia pela adolescência construímos nossas bases emocionais, físicas, sociais e afetivas. Esses alicerces são fundamentais para que o nosso desenvolvimento aconteça de forma plena, saudável e segura. No Brasil são considerados crianças todos aqueles de 0 a 12 anos incompletos, e adolescentes todos aqueles com 12 a 18 anos incompletos. Vivências de violência comprometem o desenvolvimento saudável e adequado dos seres humanos, gerando impactos sociais e econômicos importantes. Enfrentar esse fenômeno, portanto, é tão urgente no presente como um compromisso com o nosso futuro.

O desenvolvimento de estratégias de enfrentamento à violência exige sua compreensão. Alguns entendem violência como ação de usar a força física para atingir alguém ou o ato de intimidar moralmente uma ou mais pessoas. Outros, como o uso da força ou do poder contra a natureza ou desejo de outros. Ela pode ser empregada por conta e contra um indivíduo, um grupo e até mesmo uma nação.

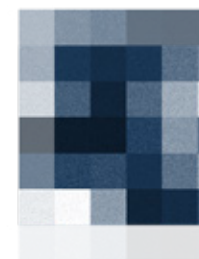
A violência tem origem nas relações desiguais de poder em que se expressa dominação de gênero, classe, geração, etnia etc. Contextos históricos, sociais e culturais facilitam a manifestação da violência por gerarem, em diferentes locais, desigualdade social, injustiça, exclusão e discriminação de diferentes grupos. Crianças e adolescentes, por estarem em condição especial de desenvolvimento, encontram-se em situação de maior vulnerabilidade, incapazes de reagir às agressões ou até mesmo revelá-las.

Buscando orientar as ações de prevenção e proteção, agrupamos a violência em categorias principais: Negligência, Violência Física, Psicológica e Sexual. A violência sexual é uma das formas mais cruéis por se constituir de um ato invasivo que interfere nas dimensões físicas e psicológicas. Quando uma criança e/ou adolescente estão nessa situação, outros direitos já foram violados ou não foram garantidos.

Especialistas em violência sexual designam que ela se manifesta principalmente através do abuso e da exploração. A principal diferença atribuída aos dois é a troca.

O abuso sexual acontece quando a criança ou o adolescente é usado para a satisfação sexual de outra pessoa. Essas relações são impostas diante de ameaças de violência física e de métodos de convencimento. É geralmente cometido por alguém que a criança ou adolescente conhece e em quem confia, seja da própria família ou não. Ao contrário do que muitas pessoas acreditam, essa manifestação da violência não acontece apenas quando há contato físico, como exibição de imagens ou vídeos pornográficos, falas erotizadas, voyeurismo, etc, são também considerados abuso.

A exploração sexual pressupõe uma relação de mercantilização, na qual o contato ou a relação sexual são frutos de uma permuta, seja ela financeira, de favores ou presentes. Ela pode ser intermediada por outro adulto (cafetão/cafetina), que recebe o pagamento no lugar da criança ou adolescente (exploração sexual agenciada), ou não, quando o pagamento é feito diretamente às vítimas (exploração sexual não agenciada). Também são consideradas formas de exploração sexual de crianças e adolescentes o tráfico de pessoas para fins sexuais e a pornografia.



De acordo com a Lei nº 13.431/2017(art. 4º, III), o tráfico de pessoas é entendido como o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento da criança ou do/da adolescente, dentro do território nacional ou para o estrangeiro, com o fim de exploração sexual, mediante ameaça, uso de força ou outra forma de coação, rapto, fraude, engano, abuso de autoridade, aproveitamento de situação de vulnerabilidade, entrega ou aceitação de pagamento, entre os casos previstos na legislação.

Já a produção de materiais pornográficos é compreendida como uma forma de exploração sexual definida pela produção, utilização, exibição, comercialização de material (fotos, vídeos, desenhos, etc.) com cenas de sexo explícito envolvendo crianças e adolescentes ou com conotação sexual das partes genitais da vítima. Essa modalidade encontrou na internet um terreno fértil para sua manifestação e ploriferação.

É comum que os casos de exploração sexual sejam interpretados como prostituição infantil. Apesar de facilitar a compreensão, é um termo inadequado, pois crianças e adolescentes não se prostituem, mas são explorados, uma vez que eles não possuem condições de avaliar as implicações e consequências que existem ao se envolverem nessas situações. Ao falarmos em “prostituição infantil” ou “crianças e adolescentes que se prostituem”, estamos colocando todo o peso da situação nas ações deles, quando são os adultos que têm a responsabilidade de zelar pela preservação da integridade física e emocional dessas crianças e adolescentes.

Crianças e adolescentes nunca são os responsáveis pela violência que sofrem, mesmo quando não se recusam a participar da violência. O que vemos cotidianamente é que a maior parte das pessoas não enxerga esse fenômeno, seja porque já o naturalizou ou porque não distingue na vítima uma criança ou adolescente que precisa de proteção.

Dentre as consequências do envolvimento com a exploração sexual podemos citar o comprometimento do desenvolvimento físico, psicológico e social e o maior risco de

serem contaminadas por doenças sexualmente transmissíveis (DST), como AIDS, além de usarem bebidas e drogas. Muitas vezes crianças e adolescentes deixam de frequentar a escola, engravidam e assumem comportamentos que podem colocar a sua vida em perigo, com alto índice de tentativa de suicídio.

A exploração sexual de crianças e adolescentes é muitas vezes justificada pela pobreza. Se a pobreza, de forma isolada, fosse a única explicação ou causa, não teríamos situações de exploração em regiões ricas e desenvolvidas. Essa violência não é um problema de causa única e não há um único fator responsável pela sua ocorrência. São multicausais que compreendem dimensões culturais (como machismo e erotização do corpo de crianças pela mídia), sociais (como a valorização excessiva do consumo) e econômicas (como a pobreza e a desigualdade social).

Uma das maiores dificuldades para enfrentar o problema da violência sexual é que inúmeros casos não são denunciados. Muitas vezes acudadas e sem perspectiva de cuidado, as crianças e adolescentes nessa situação não contam o que está acontecendo. Se por um lado é imperativo trazer luz a esse problema, conscientizando a população e as próprias vítimas sobre essa forma de violência e a importância de acionar as autoridades, por outro precisamos qualificar as informações públicas buscando números e dados que dimensionem o tamanho do problema.

Hoje, tanto a cultura de subnotificação como a fragilidade dos dados disponíveis nos órgãos do sistema de garantia de direitos de crianças e adolescentes nos impedem de ter informações precisas sobre o real cenário desse problema no Brasil. É fundamental qualificar os mecanismos de busca, organização e disponibilização dos dados. Nesse sentido, o projeto MAPEAR, através do mapeamento de pontos vulneráveis à exploração sexual nas rodovias brasileiras, presta um grande serviço à sociedade.

6. Histórico e Evolução do mapeamento nas rodovias federais brasileiras

2003

O Enfrentamento à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (ESCA) tornou-se prioridade para o Governo Federal.
A PRF cria o Projeto MAPEAR para otimizar e dar maior efetividade ao enfrentamento à ESCA.

2004-2005

1ª Edição, na qual foram levantados 844 pontos vulneráveis à ESCA. A cartilha apresentada ao Ministério da Justiça (atual Ministério da Justiça e Segurança Pública) possuía apenas os pontos levantados pela PRF sem considerações ou análises pertinentes.

2005-2006

A 2ª Edição trouxe um aumento dos pontos vulneráveis levantados, que totalizaram 1.222. Esse levantamento foi encaminhado em formato de relatório ao então Ministério da Justiça e à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (atual Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania). A cartilha trouxe especificações sobre as peculiaridades dos Estados no contexto das rodovias federais.

2007-2008

A 3ª Edição contou com o apoio da Organização Internacional do Trabalho e da então Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Nessa edição foi feita a primeira publicação georreferenciada para a divulgação dos 1.819 pontos vulneráveis à exploração sexual com uma análise mais detalhada da PRF sobre a relação dos pontos vulneráveis, as rodovias e os Estados.

2009-2010

A 4ª Edição contou com o apoio da Childhood Brasil. Nessa edição foi elaborada uma nova metodologia padrão nacional de mapeamento



buscando maior objetividade no levantamento dos pontos vulneráveis. Essa edição foi a primeira a considerar os diferentes níveis de criticidade dos locais, identificando assim um total de 1.820 pontos, sendo 924 considerados críticos, 478 como de alto risco, 216 como de médio risco e 102 avaliados como de baixo risco para ESCA. Com a subdivisão por pontos de riscos, a cartilha passa a trazer uma análise mais detalhada dos resultados obtidos.

2011-2012

A 5ª Edição identificou um total 1.776 pontos vulneráveis à ESCA nas rodovias federais. Desse total, 691 foram considerados pontos críticos, 480 alto risco, 349 médio risco e 256 de baixo risco à ESCA. Um destaque relevante desse período foi a primeira tentativa de transferência da metodologia do MAPEAR às Polícias Militares dos Estados, entendendo que o levantamento nas rodovias estaduais contribuiria contundentemente no enfrentamento à ESCA. Com apoio do governo regional, Pernambuco foi o primeiro estado a receber a metodologia.

2013-2014

A 6ª Edição contou com o apoio do Ministério Público do Trabalho através da Coordenadoria Nacional de Combate à Exploração do Trabalho de Crianças e Adolescentes. Essa parceria somou-se às anteriormente estabelecidas e reforçou o imprescindível papel que a integração de esforços tem na prevenção, repressão e erradicação desse tipo de crime.

Sem alterar a metodologia padrão, essa edição incluiu duas questões facultativas no questionário, buscando entender melhor o perfil das vítimas: a primeira perguntava sobre o sexo/gênero e a segunda perguntava sobre a origem e deslocamento para identificar possível situações de tráfico interno de pessoas.

Identificou-se um total de 1.969 pontos vulneráveis, sendo 566 considerados pontos críticos, 538 de alto risco, 555 de médio risco e 310 de baixo risco para ESCA. O aumento do número total de pontos mapeados nessa edição pode sugerir a falha na implementação de políticas públicas, no entanto estamos certos de que refletem maior refinamento na identificação desse crime. O principal destaque da evolução desses últimos mapeamentos foi a significativa redução dos pontos críticos (-40% em seis anos). A redução dos pontos críticos pode estar relacionada à soma de esforços, engajamento dos diversos setores e atuação preventiva nas rodovias federais.

2015-2016

No biênio 2015/2016 as instituições as instituições federais de segurança pública encontravam-se envolvidas no desempenho de suas competências na realização dos grandes eventos, desmobilização pós-Copa do Mundo de 2014 e início dos eventos-teste para os Jogos Olímpicos Rio-2016. Devido ao grande contingente de policiais rodoviários federais utilizados no período, aliado ao baixo efetivo da instituição, a execução da metodologia do MAPEAR ficou prejudicada, pois para realizar o mapeamento, trabalho esse de acordo com sua histórica construção metodológica, seria necessária a utilização do efetivo da atividade finalística. Ainda assim, honrando seu compromisso com a causa, a PRF não reduziu as campanhas de prevenção e operações repressivas de enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes e inovou na busca da criação de um aplicativo eletrônico que fosse capaz de otimizar e melhorar a coleta de dados durante os levantamentos bianuais do MAPEAR. Dessa forma, não foi possível realizar o levantamento de pontos durante o biênio 2015/2016. Esse mesmo biênio foi utilizado para o aprimoramento da tecnologia utilizada na metodologia do projeto Mapear, para o planejamento e para a realização de testes e criação de um aplicativo eletrônico a ser utilizado pelos policiais durante o levantamento dos pontos no biênio seguinte.

2017-2018

A 7ª Edição do Mapeamento foi realizada através do uso do aplicativo MAPEAR nos smartphones dos PRFs. O aplicativo é uma ferramenta de uso restrito devido à complexidade das informações e ao sigilo e profissionalismo necessários na inserção e análise dos dados coletados. Nesse período, a PRF e o Ministério do Trabalho aproximaram-se com o intuito de tratar o já reconhecido crime também como infração trabalhista, em conformidade com o Decreto nº 6.481/2008, que trouxe a chamada "Lista TIP", Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil, na qual está inserido o "trabalho com exposição a abusos físicos, psicológicos ou sexuais". No primeiro

semestre de 2017 houve capacitação de servidores de todas as superintendências da PRF para melhor disseminação da metodologia do MAPEAR e maior controle dos trabalhos a serem realizados no período de levantamento. A capacitação foi realizada pela Comissão Nacional de Direitos Humanos da PRF com apoio da Childhood Brasil. Além da utilização do aplicativo, a grande inovação foi o início da contabilização das “pessoas alcançadas” pelo enfrentamento. São as pessoas que foram orientadas sobre esse tipo de crime nas ações preventivas e repressivas baseadas no MAPEAR. Não influencia na metodologia do MAPEAR, contudo, é um indicador de melhora nos índices do enfrentamento à ESCA. O 7º mapeamento identificou um total 2.487 pontos vulneráveis, sendo 489 considerados pontos críticos, 653 de alto risco, 776 de médio risco e 569 de baixo risco.

2019-2020

Na 8ª Edição houve novamente a capacitação de servidores como pontos focais nos Estados para maior disseminação do conhecimento do MAPEAR, com intuito de padronizar os procedimentos. Durante a capacitação, além do apoio constante da Childhood Brasil, houve auxílio da Associação Brasileira de Defesa da Mulher da Infância e da Juventude (ASBRAD) e sua expertise no enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.

Houve um aumento do número total de pontos levantados, fato considerado natural pelo aumento da frota de veículos, bem como o surgimento de novos estabelecimentos formais e informais, além do maior conhecimento dos policiais rodoviários federais sobre o MAPEAR e o enfrentamento à ESCA.

A atenção da PRF se volta para os pontos críticos, que pelo quinto biênio seguido registrou diminuição desses pontos em relação a 2009, ano em que se iniciou o levantamento de forma mais qualificada.

2021-2022

A 9ª Edição contou com uma mudança na gestão operacional da execução da operação de mapeamento. Com a criação do Setor de Direitos Humanos (SDH), vinculado à Diretoria de Operações da PRF, a coordenação do projeto Mapear passou a ser de responsabilidade de uma área essencialmente operacional e que tem como atribuição planejar,

executar e avaliar os resultados das ações de combate aos crimes contra os Direitos Humanos, entre eles a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Essa foi a primeira edição que contou com o envolvimento direto de todos os chefes de operações das 27 superintendências da Polícia Rodoviária Federal, assim como seus respectivos chefes de setores/seções/serviços de inteligência, além do focal regional, presente nas edições anteriores. Foi detectado que havia uma necessidade de tê-los durante a capacitação realizada no mês anterior à operação de mapeamento, a fim de melhorar a compreensão quanto aos objetivos almejados. Durante 24 dias de operação, cinco coordenadores nacionais acompanharam e orientaram os focais regionais e suas equipes ostensivas responsáveis por mapear os pontos. Uma linguagem direta e objetiva, principalmente quanto ao conceito de ponto vulnerável, trouxe um melhor entendimento por parte dos mais de 5 mil policiais que executaram a operação. Como resultado foram apresentados 9.745 pontos mapeados, dos quais 640 classificados como críticos, 1884 como de alto risco, 3.258 como de médio risco e 3.963 como de baixo risco. Percebeu-se também que a análise que leva em conta apenas os números brutos mapeados poderia ser incrementada. Assim como são feitos os indicadores criminais como o de homicídio, por exemplo, que retrata a realidade dos locais de acordo com o número de casos por 100 mil habitantes, a presente edição passou a tratar a proporção que cada nível de criticidade tem em relação ao todo e assim foi possível notar que a tendência leva ao aumento percentual dos pontos de baixo e médio risco, com uma diminuição percentual dos pontos críticos e de alto risco.



7.

Metodologia de Trabalho

O mapeamento dos pontos é um instrumento de identificação de vulnerabilidades voltadas à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (ESCA) nas rodovias federais. O levantamento é realizado pelos Policiais Rodoviários Federais a cada dois anos, durante um período determinado, por meio do preenchimento de um questionário em aplicativo específico em smartphones funcionais, alimentando um banco de dados e um sistema de análise. A classificação do ponto não depende do sentimento pessoal do policial que executa a ação, que responde de forma objetiva aos questionamentos trazidos pelo aplicativo.

A metodologia foi revista em 2009, por consenso, quando foi determinado que era preciso criar critérios robustos que iriam além da ocorrência e da lembrança do policial, mas que qualificasse o conceito de vulnerabilidade a partir de indicadores e novos dados agregados para o diagnóstico, criando um método replicável. A partir das respostas inseridas, o sistema calcula e subdivide os pontos por nível de criticidade, consolida as informações em gráficos e permite a filtragem dos pontos para estudo detalhado, inclusive por município.

Definição dos critérios e questionamentos

Por que vulneráveis?

Os critérios e questionamentos são os mesmos para todas as edições desde 2009-2010, permitindo a comparação analítica dos dados e a constatação das modificações do cenário das rodovias federais.

A subdivisão dos níveis de risco em crítico, alto, médio e baixo, visa a evitar imprecisões e contribui para interpretações mais assertivas, permitindo a definição de priorização das ações em cada local. Outrossim, o recorte por município permite cruzamentos e análises com outras pesquisas ou índice, estando adequado às necessidades apontadas pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDH).

Com a definição de critérios padronizados tem sido possível realizar o levantamento sistemático e periódico com possibilidade concreta de comparação e de transferência de metodologia para as Polícias Rodoviárias Estaduais realizarem o mapeamento de pontos vulneráveis em rodovias estaduais.

Vulnerabilidade é a característica de quem ou do que está em situação de fragilidade ou enfraquecimento. Quando falamos de pontos vulneráveis, falamos de locais que por determinadas características estão em condições de menor ou maior fragilidade em relação a alguma situação preexistente.

Optou-se por mapear pontos vulneráveis entendendo que a vulnerabilidade se encontra nas características dos pontos, que por sua vez podem facilitar a ocorrência de ESCA. Mapeiam-se pontos vulneráveis, e não de efetiva exploração, justamente pelo seu caráter preventivo. Quando enfrentamos as características vulnerabilizadoras existe uma diminuição considerável da existência da efetiva exploração e com isso uma redução de vítimas que deixarão de ter suas vidas marcadas pela violência.

É importante ressaltar, no entanto, que há uma diferença significativa entre pontos confirmados, pontos com indícios e pontos vulneráveis à exploração sexual crianças e adolescentes. Os pontos confirmados são aqueles nos quais um agente certificou a presença de crianças e adolescentes em situação comprovada de exploração sexual, realizou a repressão do ilícito e encaminhou as vítimas ao Conselho Tutelar. Os pontos com indícios são aqueles nos quais o agente identificou vestígios, recebeu informações,

dados, denúncias ou ocorrências passadas, mas não conseguiu confirmar a situação apontada.

Por fim, os pontos vulneráveis são aqueles nos quais podemos atribuir um nível de vulnerabilidade (criticidade) à exploração sexual de crianças e adolescentes, através do somatório de pontos das questões respondidas no aplicativo eletrônico utilizado no levantamento do projeto MAPEAR. Ou seja, os pontos são vulneráveis pelas suas características e não pela ocorrência da efetiva exploração.

7.1

Etapas de trabalho percorridas para definição dos critérios da metodologia:

1



Em 2009 foi aplicado um questionário com 294 caminhoneiros das empresas do grupo de trabalho intersectorial criado em parceria com a Childhood Brasil através do Programa Na Mão Certa. Cada entrevistado indicou dois pontos vulneráveis a partir do conhecimento de estrada e apontou as principais características dos referidos pontos (tipo de estabelecimento, iluminação, vigilância, estacionamento isolado, circuito fechado de televisão, orelhão ou telefone de fácil acesso, existência de tráfico de drogas, prostituição de adultos, convivência dos funcionários, proximidade com casas noturnas, proximidade com vilarejos, área urbana ou rural, posto fiscal ou porto e distância de perímetro urbano);

2



A partir do cruzamento de dados foram identificados os dez pontos mais lembrados (TOP 10);



3



Usando o TOP 10 como referência, a PRF investigou os locais indicados para confirmar as características dos referidos pontos, a fim de determinar critérios de mapeamento;

4



Para complementar essas características, a PRF, juntamente com o grupo de trabalho, definiu os indicadores de vulnerabilidade e um questionário com pontuações (informação não divulgada para os policiais rodoviários federais de campo). A somatória da pontuação definiu os níveis de risco para a exploração sexual de crianças e adolescentes: crítico, alto, médio e baixo;

5



Os critérios com maior peso são: existência de prostituição de adultos, ocorrências de exploração sexual de crianças e adolescentes pela lembrança do policial em determinada localidade nos últimos dois anos, registro de ocorrência de tráfico/ consumo de drogas nos últimos 24 meses e presença constante de crianças e adolescentes no local;

6



Ao longo dos anos outras perguntas facultativas e não pontuáveis foram sendo inseridas na coleta e cartilha para melhor subsidiar os trabalhos da PRF, das entidades parceiras e dar maior transparência e compreensão dos dados pela sociedade. Essas perguntas buscam levantar se houve a participação do conselho tutelar na região, o gênero das vítimas e se eram da mesma localidade onde se encontravam exploradas. Essa última questão contribui para análise de possível relação com tráfico de pessoas para fins de exploração sexual. No atual biênio, percebeu-se que essas questões devem ser tratadas em documento interno específico aos registros de resgates, pois a operação de mapeamento, apesar de também trazer os resgates como resultados, tem como principal objetivo cadastrar os pontos vulneráveis;

7



Em 2017 foi incluída uma questão referente às pessoas “alcançadas” pelas ações de enfrentamento da PRF. Foram consideradas todas aquelas pessoas orientadas sobre esse tipo de crime durante as ações preventivas e repressivas baseadas no MAPEAR.

8

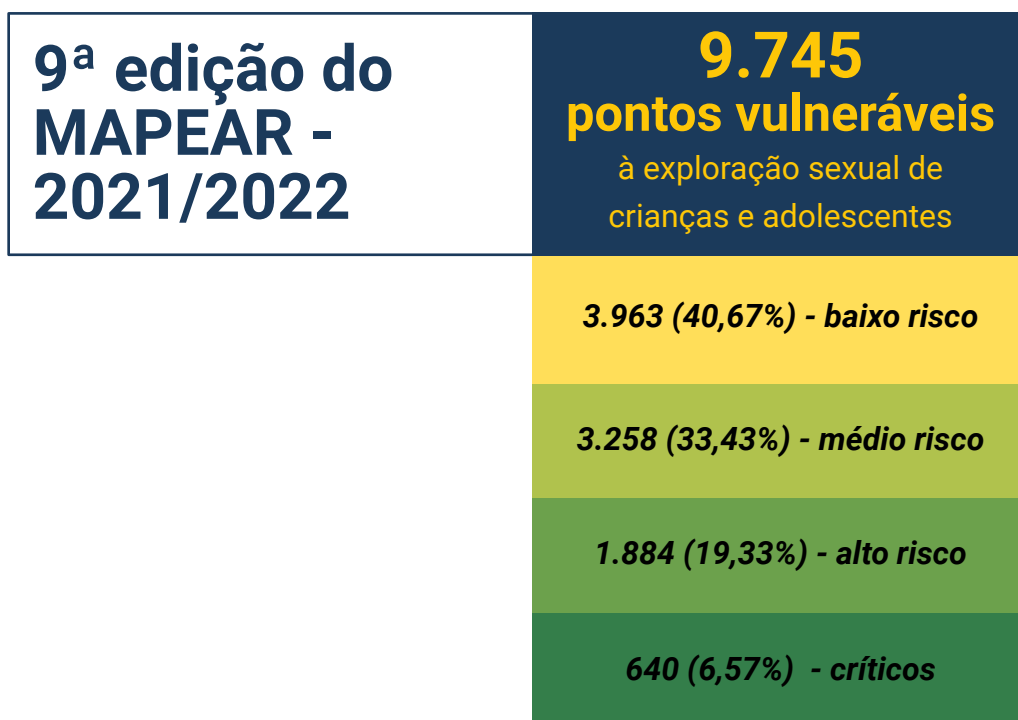
Com a constante evolução do MAPEAR, o dinamismo social, o incremento de parcerias e a necessidade de qualificar a compreensão da ESCA, a PRF, a Childhood Brasil, o MDH, o MPT e a ASBRAD juntam esforços para uma atualização de metodologia que possa vir a melhorar o enfrentamento não só à ESCA, mas também ao Tráfico de Pessoas e ao Trabalho Escravo.

8.

Resultados

Análise crítica dos dados e comparativa com anos anteriores

Inicialmente, faz-se necessário pontuar que os resultados aqui apresentados estão baseados em percentuais relativos ao número bruto de pontos mapeados. Como forma de incremento à análise, percebeu-se que, como o espaço amostral aumentou 266,91%, analisar o resultado sob a ótica do número total de pontos traria distorção quanto ao real avanço alcançado. Assim como é feita a análise criminal de homicídios, por exemplo, sob a perspectiva proporcional por 100 mil habitantes, o que permite comparar espaços amostrais diferentes, os pontos aqui analisados seguiram o viés da porcentagem para que fosse possível entregar uma análise de resultado mais fidedigna.





No biênio anterior, tivemos como resultado 1.069 (29,28%) pontos de baixo risco, 1.218 (33,36%) pontos de médio risco, 894 (24,49%) de alto risco e 470 (12,87%) críticos.

O aumento do número total de pontos mapeados não deve ser interpretado como um indicador negativo, pois o projeto não cataloga locais de efetiva exploração sexual e sim analisa o risco existente em todos os locais onde haja fluxo ou aglomeração de pessoas às margens de rodovias federais, sob a ótica da exploração sexual de crianças e adolescentes. O presente biênio foi marcado pela mudança na gestão operacional da operação de mapeamento e suas ações prévias, como a capacitação dos responsáveis por planejar, executar, analisar e multiplicar o conhecimento aos demais policiais envolvidos na ação. Para que cada verbo citado fosse executado em sua plenitude, fez-se necessário aplicar a primeira mudança de relevância, que foi incluir na semana de capacitação prévia, além do já presente focal de cada uma das 27 superintendências PRF, todos os respectivos chefes de operações e de inteligência. Como resultado, tivemos um planejamento e execução ininterrupta do mapeamento durante 24 dias consecutivos, em todas as rodovias federais.

Como o MAPEAR buscar registrar características dos locais mapeados para formar seu nível de criticidade, cada ponto foi visitado pelas equipes mais de uma vez, em horários e dias diferentes, a fim de coletar o máximo de informações.

A estratégia justifica-se pela diversidade de cenários encontrada em um mesmo ponto ao ser analisado em condições diferentes. Um ponto de parada de caminhoneiros, por exemplo, apresenta respostas diferentes quando analisado durante o dia e à noite, pois respostas quanto à presença de prostituição no local ou referente à condição da iluminação encontrada, dentre outras, terão análises diversas a depender do horário em que a equipe esteve presente. Nesses casos, o resultado final quanto à criticidade do ponto leva em consideração as maiores vulnerabilidades encontradas, portanto se um ponto for mapeado três vezes e trazer como resultados baixo, médio e alto risco, este último será considerado como definitivo.

Em relação aos pontos críticos, o presente trabalho aponta para 640 locais, o que representa 6,57% do total de pontos. Analisando o histórico, percebe-se uma acentuada curva descendente quanto a esse percentual de pontos críticos, que na 4ª edição (2009/2010) representava 50,7% dos pontos mapeados e na 8ª edição (2019/2020) 12,8%.

GRÁFICO 2 - BRASIL 2019/2020

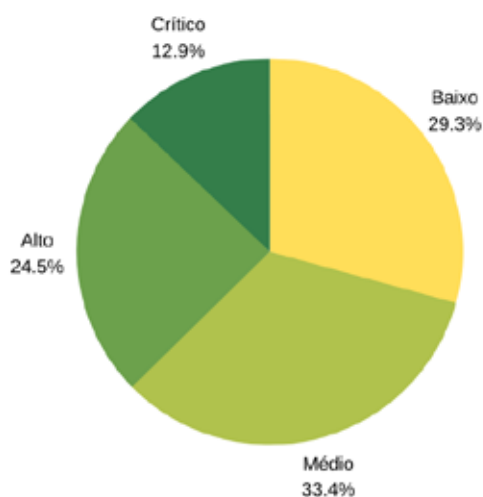


GRÁFICO 3 - BRASIL 2021/2022

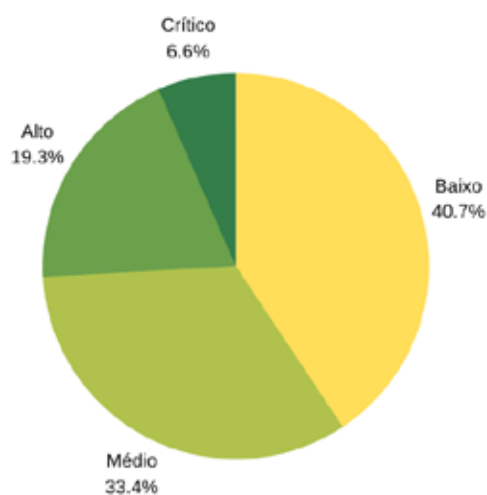


TABELA 1 - HISTÓRICO PERCENTUAL DE CRÍTICOS VS TOTAL MAPEADO

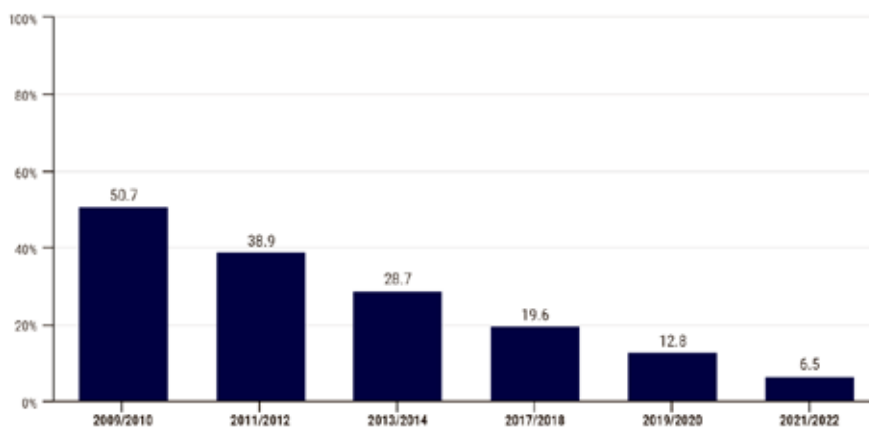
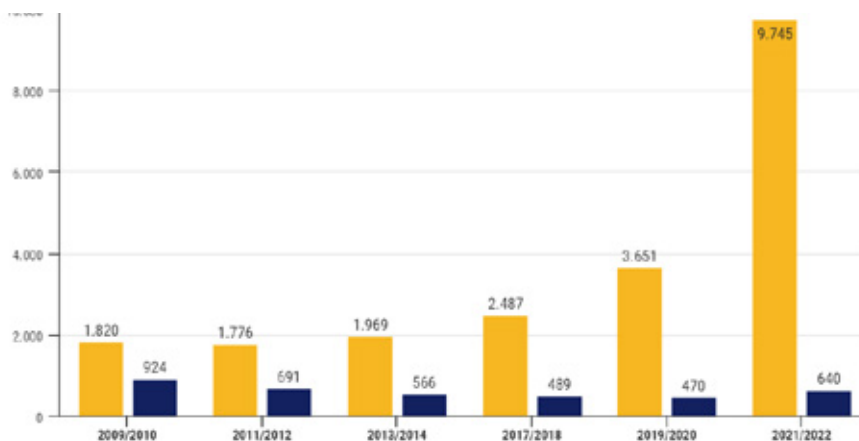


TABELA 2 - TABELA MAPEAR 2021



Ao aprofundar a análise do quanto cada nível representa do total mapeado, é possível perceber ainda que no biênio anterior a soma dos pontos de baixo e médio risco totalizavam 62,7%, ao passo que no atual passaram a somar 74,1%. Pontos dessa natureza, via de regra, não compõem a lista de prioridades durante o planejamento das operações de combate à exploração sexual de crianças e adolescentes. Rodovias mais seguras e menos vulneráveis são compostas em sua maioria por pontos assim classificados.

Na mesma senda, agora sob o viés dos pontos de maior vulnerabilidade, percebe-se uma curva descendente em relação à proporção de pontos de alto risco e críticos, os quais representavam juntos 37,4% dos pontos mapeados no biênio de 2019/2020 e passaram a somar 25,5% no biênio de 2021/2022. Esses são os pontos de maior interesse operacional e que requerem maior atenção por parte dos policiais que estão em atividade operacional e de gestão de operações, pois são os que apresentam em suas características

os maiores fatores vulnerabilizantes. É possível afirmar que esses resultados são fruto, dentre outros fatores, da intensificação das ações norteadas pelo MAPEAR, além da capacitação continuada dos policiais e gestores no âmbito da PRF. Um dos grandes objetivos do Projeto Mapear é nortear as ações que trazem como resultado a médio e longo prazo a redução do percentual dos pontos mais vulneráveis e consequentemente o aumento dos pontos menos vulneráveis.

É importante ressaltar que a exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias deve ser analisada como um fenômeno multifatorial e que está muitas vezes ligada ao tráfico e consumo de drogas, prostituição adulta e fatores sociais como falta de acesso à educação de qualidade, saúde, lazer, ou até de coisas mais básicas como uma alimentação adequada e um ambiente familiar sadio, o que reforça a necessidade de soluções pensadas sob as diversas óticas dos integrantes da rede de apoio composta por instituições públicas e privadas e sociedade civil organizada.



8.1

Análise por regiões do Brasil

Norte

Região que apresentou a segunda maior redução no percentual de pontos críticos em relação ao biênio anterior, saindo de 20% para 9,7%, ficando assim com a média próxima à nacional, que é de 6,5%. No biênio anterior a região destoava da média do país, que era de 12,8%. Pode-se afirmar que quanto aos pontos de risco alto e médio houve uma estabilidade, porém os pontos de baixo risco aumentaram de 26,4%

para 34,1%. A região apresenta características distintas das demais quanto à proporção da malha viária com a extensão territorial. Pelas características geográficas, o transporte hidroviário predomina como principal meio de locomoção. A maior parte das grandes cidades são alimentadas por rios, através de uma malha hidroviária superior a 16 mil km.

GRÁFICO 4 - NORTE 2019/2020

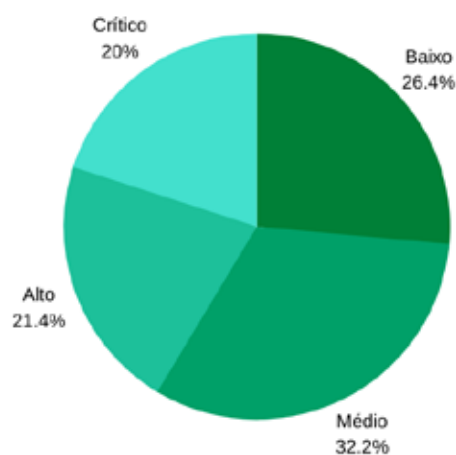
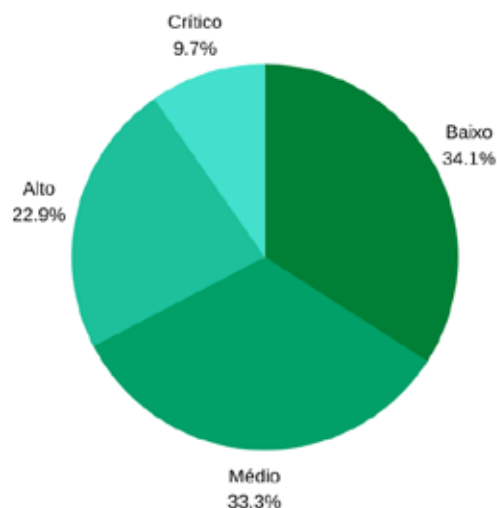


GRÁFICO 5 - NORTE 2021/2022



Nordeste

Região que apresentou a maior redução na proporção de pontos críticos, saindo de 16% no biênio anterior (2019-2020) para 5,6%, ficando assim abaixo da média nacional. O resultado pode ser considerado como um grande avanço quando lidamos com todo trabalho de redução de criticidade nos pontos às margens das rodovias federais, principalmente quando trata-se de uma região que, juntamente com o Norte, apresenta os piores Índices de Desenvolvimento Humano do Brasil. A Região Nordeste obteve ainda o maior índice de pontos de baixo risco entre todas as regiões, com 48,36% dos seus pontos mapeados.

Quando observados os dados relativos aos pontos de alto risco, a Região também obteve como resultado uma média (16,5%) melhor que a nacional (19,3%).

A soma entre os percentuais de pontos de baixo e médio risco mostra um total de 77,9% contra 62% do biênio anterior. Pode-se afirmar com isso que a região traz uma predominância absoluta de pontos em rodovias federais que apresentam características mais seguras às crianças e adolescentes e esse resultado pode ser atribuído às ações lá realizadas.

GRÁFICO 6 - NORDESTE 2019/2020

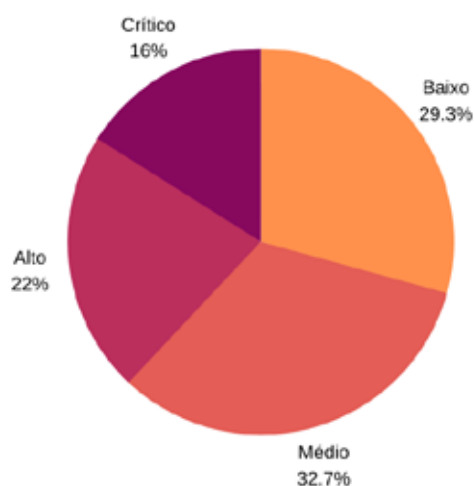
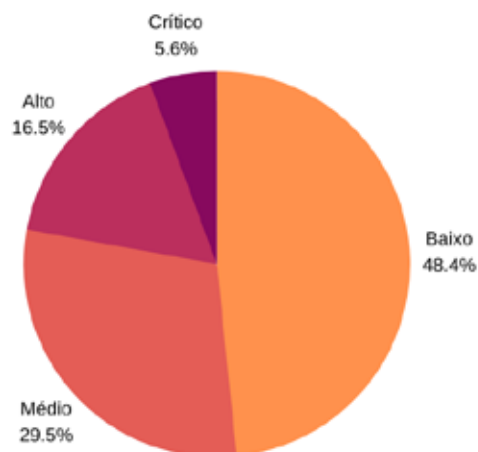


GRÁFICO 7 - NORDESTE 2021/2022



Centro-Oeste

Região que apresentou resultados condizentes com a média nacional. No biênio anterior a região apresentava 12,8% dos pontos mapeados classificados como críticos, contra 7,6% apontados no atual mapeamento. Os pontos de baixo risco também apresentaram uma evolução positiva, saindo de

29,4% em 2019-2020 para 39,7% no atual cenário. Cumpre lembrar que percentuais mais altos para pontos de baixo e médio risco são interpretados como sinalizações positivas, assim como uma diminuição no percentual dos pontos críticos e de alto risco.

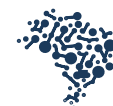


GRÁFICO 8 - CENTRO-OESTE 2019/2020

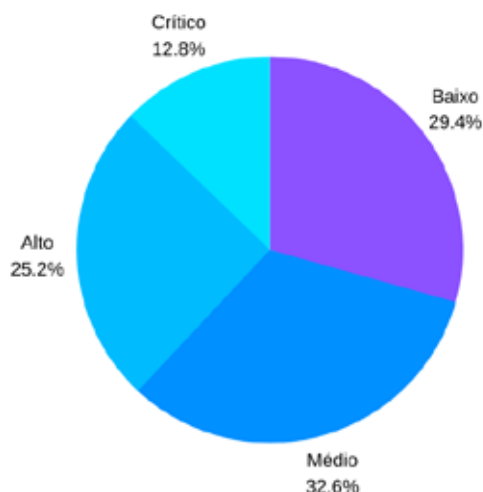
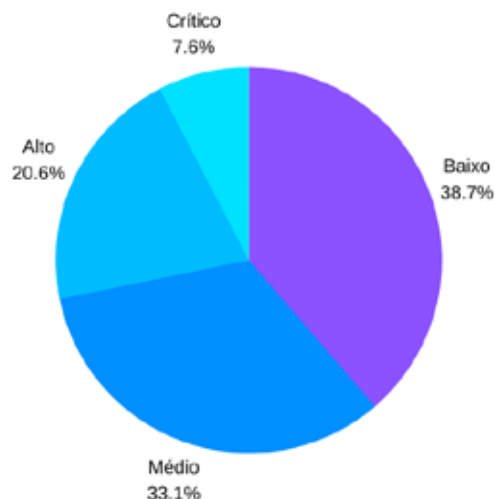


GRÁFICO 9 - CENTRO-OESTE 2021/2022



Sudeste

Os pontos classificados como de baixo risco foram os que apresentaram a maior alteração, comparado ao biênio anterior, no qual 26,5% foram assim classificados, contra 37,9% do atual.

O resultado de pontos críticos, representados por 8% do total de pontos, segue a média nacional. Ao observar sob a

ótica de prioridade de ações, a soma de pontos críticos e de alto risco representa 29% do total, valor menor do que o constatado em 2019-2020, que foi de 41,7%. Dessa forma, podemos afirmar que o objetivo de tornar os pontos mapeados mais seguros e menos vulneráveis também está progredindo na região.

GRÁFICO 9 - SUDESTE 2019/2020

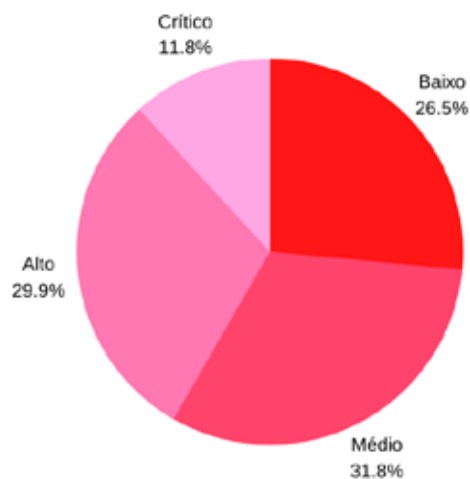
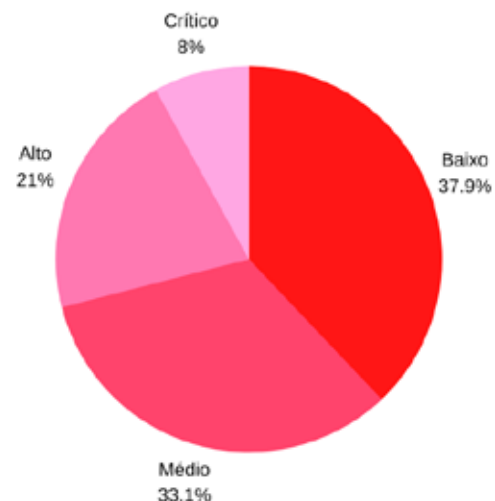


GRÁFICO 10 - SUDESTE 2021/2022



Região que desde o biênio anterior já apresentava médias melhores que as nacionais, no presente biênio manteve sua posição e entregou como resultado apenas 4,7% de pontos críticos, 19,6% de alto risco, 39,7% de médio risco e 36% de baixo risco. Comparada ao biênio de 2019-2020, a mudança mais significativa está nos pontos de alto risco, que antes representavam 24,3% e hoje representam 19,6%.

GRÁFICO 11 - SUL 2019/2020

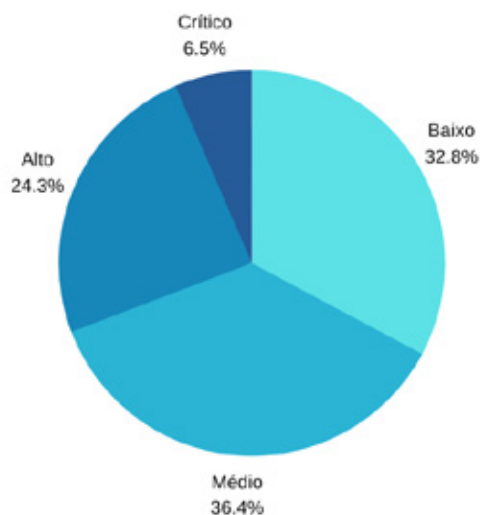


GRÁFICO 12 - SUL 2021/2022

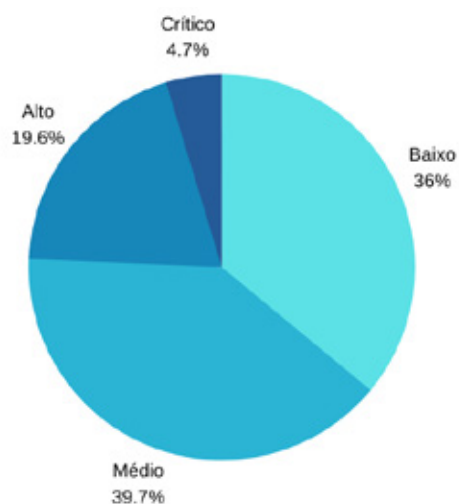


TABELA 3 - TABELA DE PONTOS POR REGIÃO 2019

Região	Crítico	Alto Risco	Médio Risco	Baixo Risco	Total de Pontos
Norte	87	93	140	115	772
Nordeste	173	237	353	316	3139
Centro-Oeste	68	134	173	156	1559
Sudeste	84	212	226	188	2075
Sul	58	218	326	294	2200
Total por Nível	470	894	1218	1069	9745
Porcentagem em relação ao total de pontos	12,8%	24,5%	33,3%	29,2%	-

TABELA 4 - TABELA DE PONTOS POR REGIÃO 2021

Região	Crítico	Alto Risco	Médio Risco	Baixo Risco	Total de Pontos
Norte	75	177	257	263	772
Nordeste	177	518	926	1518	3139
Centro-Oeste	119	321	516	603	1559
Sudeste	166	436	686	787	2075
Sul	103	432	673	792	2200
Total por Nível	640	1884	3258	3963	9745
Porcentagem em relação ao total de pontos	6,5%	19,3%	33,4%	40,6%	-



8.2

Análise por rodovia

TABELA 5 - TOTAL DE PONTOS MAPEADOS POR BR, 2021

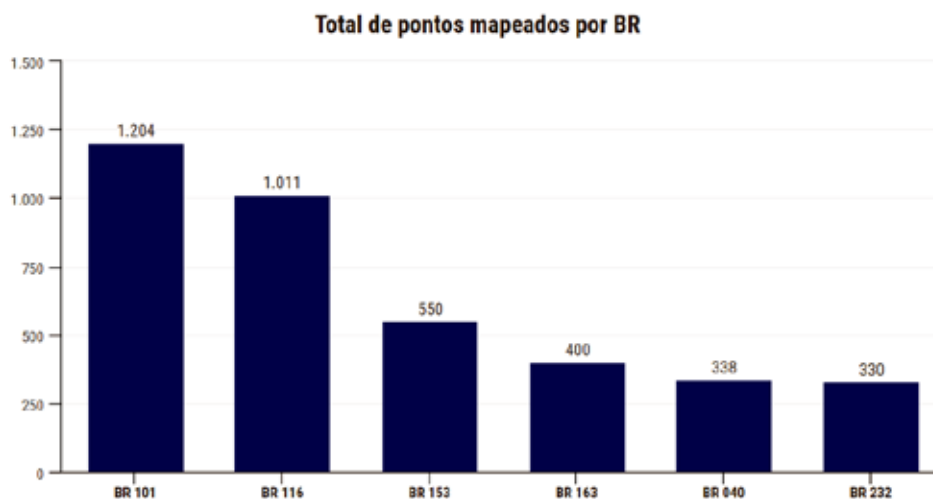
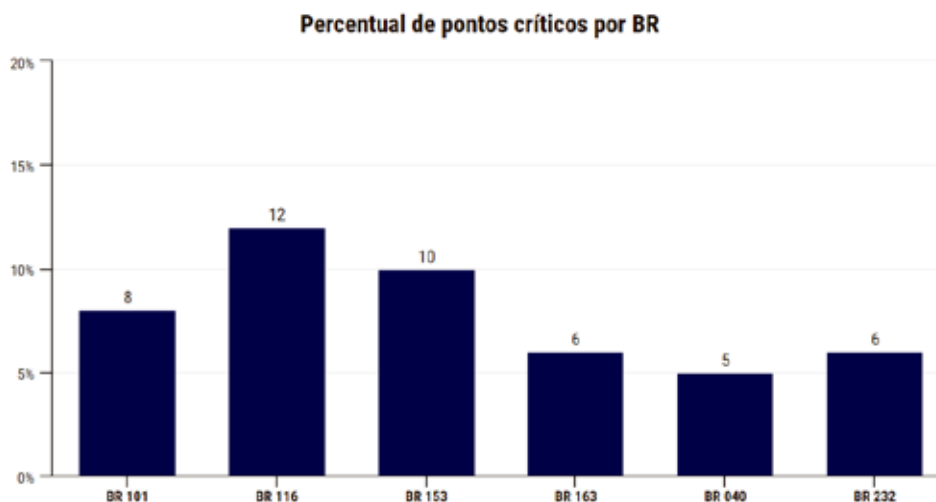


TABELA 6 - PERCENTUAL DE PONTOS CRÍTICOS POR BR, 2021

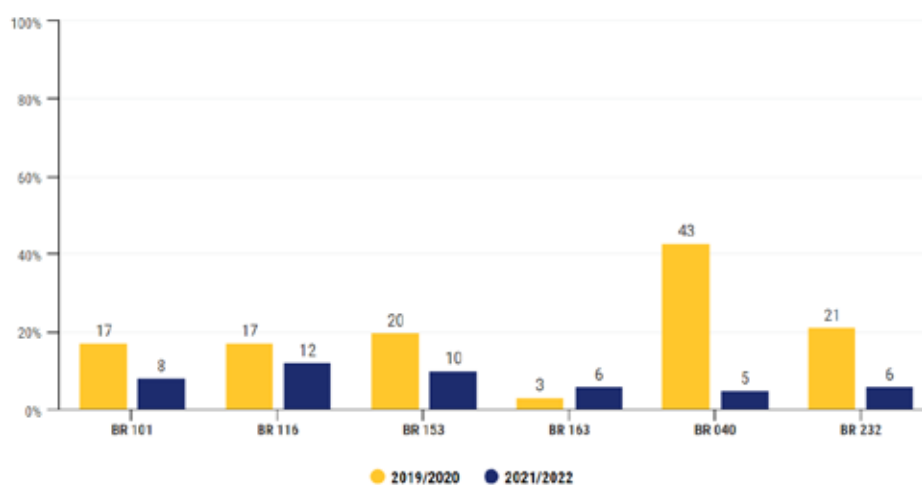


A BR 101, em números absolutos, foi a que apresentou mais pontos vulneráveis mapeados, porém, ao analisar o percentual de pontos críticos, percebemos que a BR 116, mesmo apresentando 193 pontos a menos, expõe uma realidade mais preocupante. Seguindo próxima à média nacional de pontos críticos, que ficou em 6,5%, a BR 101 tem 8% dos seus pontos nessa classificação, contra 12% da BR 116. A análise desse resultado só reforça a ideia de que pontos absolutos mapeados por si só não servem para indicar a realidade de uma região, estado, cidade ou rodovia. É necessário analisar quanto desse espaço amostral está representado,

principalmente, por pontos críticos, seguido da apuração dos pontos de alto risco, pois são os que mais requerem ações, seja da PRF, seja das demais instituições públicas e privadas e sociedade civil organizada.

Caso analisássemos apenas os pontos absolutos, jamais iríamos perceber que a BR 153, com 550 pontos catalogados, ou seja, menos da metade do apresentado pela BR 101, na verdade aponta para um percentual de pontos críticos de 10%, acima da média nacional.

TABELA 7 - PERCENTUAL DE PONTOS CRÍTICOS POR BR COMPARATIVO



Quanto à evolução trazida em relação ao biênio anterior, percebemos que a BR 040 foi a que obteve o resultado mais expressivo em relação à redução percentual de pontos críticos, que antes representavam 43% do total de pontos e atualmente apenas 5%. Ampliar o mapeamento e trazer um número maior de pontos mapeados possibilita reduzir distorções, pois quanto maior o espaço amostral, ou seja, o número de pontos conhecidos e mapeados, mais próximo da realidade estaremos.

Apesar de ainda ser a BR com maior percentual de pontos críticos, a BR 116 nos revelou uma melhora nesse índice, saindo de 17% no biênio anterior para 12% no atual.

A BR 163 foi a única que registrou um aumento percentual de pontos críticos, saindo de 3% para 6%, o que será analisado através de operações e ações de inteligência, a fim de detectar o que provocou a mudança no cenário. Uma possível causa pode estar ligada ao fechamento e posterior abertura de estabelecimentos em razão da pandemia, com consequente mudança de proprietário e estrutura física.

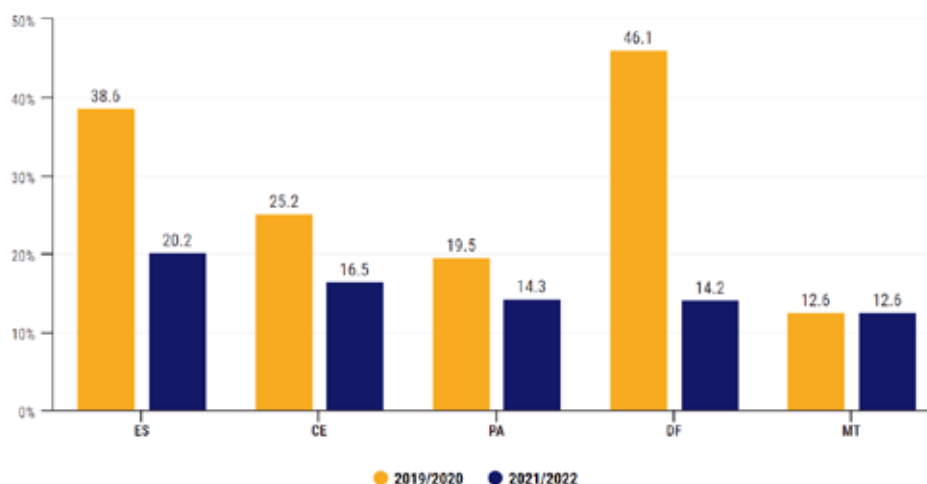


8.3

Análise por Estado

Assim como as demais análises presentes nesta publicação, ao tratarmos dos dados de cada estado, consideramos o percentual que os pontos críticos atingiram em relação ao total de pontos mapeados. Dessa forma foi possível trazer à luz a atual situação e a evolução em relação ao biênio anterior para estados menores que, analisados apenas a partir do seu total de pontos, jamais entrariam no foco principal.

TABELA 8 - ESTADOS COM MAIORES ÍNDICES DE PONTOS CRÍTICOS E COMPARATIVO



O Espírito Santo, apesar de sua extensão territorial pequena, apresentou-se como o estado com maior percentual de pontos críticos, com 20,2%. É um valor 3 vezes maior que a média nacional, que hoje é de 6,5%. Apesar do número ainda preocupante, percebe-se uma nítida melhora em relação ao biênio anterior, no qual o estado contabilizava 38,6% de pontos críticos.

Sem dúvidas, as ações ostensivas e de inteligência atuarão para identificar as causas e tratá-las. Faz-se necessário também trazer a percepção de instituições parceiras como o Conselho Tutelar local, a fim de construir em conjunto uma estratégia de ações multissetoriais.

Com exceção do Mato Grosso, que se manteve com a mesma média apresentada no biênio passado, todos os cinco

estados com maiores índices de pontos críticos tiveram redução neste quantitativo. O destaque positivo entre eles ficou por conta do Distrito Federal, que em 2019-2020 possuía praticamente metade dos pontos mapeados como crítico (46,1%) e na presente publicação reduziu a 14,2%. Ainda é uma média 2 vezes maior que a nacional atual, porém há de se analisar com maiores detalhes essa mudança, o que deverá ser feito através de cruzamento de dados acerca de denúncias recebidas através do disque 100, por exemplo. Uma causa provável é o movimento de abertura e fechamento de estabelecimentos ocasionado pela pandemia.

No biênio anterior, exceto o Mato Grosso, todos os outros 4 estados apresentados estavam com índices acima da média nacional, que era de 12,8%. No atual cenário, todos os 5 estados possuem média acima da nacional, que é de 6,5%.

9. Operações e desdobramentos

9.1

ONEESCA

Operação Nacional de Enfrentamento à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes

Principal ação repressiva da PRF, a ONEESCA é uma operação nacional, planejada e avaliada pelo Setor de Direitos Humanos (SDH), executada pelas superintendências da PRF e que tem como principal pilar de planejamento as informações trazidas pelo Mapear. Seus objetivos vão além do resgate de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, visto que a análise dos seus resultados traz o amadurecimento relacionado ao conhecimento necessário para pensar soluções aplicáveis a esse complexo crime. Assim como nas outras frentes de enfrentamento especializado ao crime, o combate à exploração sexual carece de constante atuação por parte das instituições de segurança pública, a fim de manter a doutrina e a compreensão da dinâmica criminosa e assim atuar de forma mais assertiva no combate preventivo e repressivo.

A ONEESCA proporciona ainda maior solidez às tratativas interinstitucionais, pois atuar em conjunto com demais órgãos como Conselho Tutelar e MPT, por exemplo, mostra-se como uma condição indispensável ao alcance de melhores resultados.

Mais do que levar segurança aos pontos mais vulneráveis, os resultados operacionais nos permitem traçar o perfil das crianças e adolescentes resgatados, suas necessidades e quais vulnerabilidades precederam a situação que ensejou o resgate. Faz-se necessário, além de conhecer os pontos onde deve haver ação policial, compreender a dinâmica social da criança ou adolescente em cada localidade. Dessa forma é possível produzir o conhecimento necessário à implementação de políticas públicas como projetos sociais geridos por outros ministérios.

A evolução da ONEESCA ao longo dos anos nos permitiu também compreender que manter um ponto vulnerável mais seguro para crianças e adolescentes significa combater no local todo tipo de atividade criminosa, sendo assim muito comum em seus resultados termos apreensão de drogas, armas e prisões de foragidos da justiça.



TABELA 09 - RESULTADOS AÇÕES DE ESCA 2020

Região	Ações Nacionais Preventivas/Repressivas	Pontos Fiscalizados	Pessoas Alcançadas	Crianças e Adolescentes Resgatados em situação de Vulnerabilidade
Norte	0	0	0	0
Nordeste	1	25	170	0
Centro-Oeste	1	61	342	3
Sudeste	1	11	47	2
Sul	1	47	449	3
Total	4	133	1008	8

TABELA 10 - RESULTADOS AÇÕES DE ESCA 2021

Região	Ações Nacionais Preventivas/Repressivas	Pontos Fiscalizados	Pessoas Alcançadas	Crianças e Adolescentes Resgatados em situação de Vulnerabilidade
Norte	5	216	4014	24
Nordeste	4	658	6128	10
Centro-Oeste	3	101	1221	6
Sudeste	3	231	2349	15
Sul	3	71	702	13
Total	18	1277	14414	68

No ano de 2020, auge da pandemia de COVID-19, as ações preventivas e repressivas sofreram forte impacto, o que por outro lado trouxe a necessidade de intensificar os esforços no ano seguinte. Fez-se necessário compreender de que forma a pandemia interferiu nas vulnerabilidades e qual o reflexo disso nas rodovias federais.

A condição econômica, principalmente das famílias de baixa renda, sofreu grande impacto com a redução de ofertas de trabalho formal durante o período mais crítico da pandemia, o que trouxe uma demanda maior pelo trabalho informal, inclusive de crianças e adolescentes. Ao analisar os dados colhidos nos momentos em que houve resgate relacionado a vulnerabilidades ligadas às atividades monetárias, foi possível constatar que parte dessas crianças e adolescentes tinham como função familiar incrementar a renda doméstica, fato que influenciou diretamente a decisão de aumentar o número de operações no ano de 2021.

A **Região Nordeste** foi a que teve mais pontos vulneráveis fiscalizados, o que corrobora a posição de região que mais reduziu o percentual de pontos críticos, tendo em vista que as operações ocorreram antes do mapeamento.

A **Região Norte** apresentou o maior número de crianças e adolescentes resgatados e nesse ponto faz-se necessário ressaltar que nos estados do Pará, Amazonas e Amapá as ações não se limitaram às rodovias federais, mostrando assim que a parceria com os demais órgãos, inclusive as Polícias Militares, é imprescindível para entregar à sociedade um serviço integrado e eficaz.

Importante indicador presente nas tabelas de resultados, Pessoas Alcançadas traduzem o quantitativo de pessoas que estavam presentes nos locais fiscalizados e que receberam orientações e esclarecimentos voltados ao combate à exploração sexual de crianças e adolescentes. Ter a sociedade consciente de que são parte da solução do problema faz com que o número de denúncias aumente, assim como contribui com a quebra da normalização cultural que há em algumas localidades. Toda ação repressiva tem consigo uma parcela de prevenção, visto que é uma diretriz operacional a realização de pequenas palestras em todos os locais fiscalizados.

10.

Prêmios e Reconhecimentos

Prêmio Nacional de Direitos Humanos

2009, da Secretaria de Direitos Humanos (atual MDH).

Prêmio João Canuto

2012, do Movimento Humanos Direitos.

Prêmio Nacional do Disque 100

2013, da Secretaria de Direitos Humanos (atual MDH).

Prêmio Neide Castanha

2015, do Comitê Nacional dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes (categoria Produção de Conhecimento).

Prêmio Parceiro Estratégico

2014 a 2022, da Childhood Brasil.

Reconhecimento Internacional

2012, do Fórum de Segurança da ONU.



11. Desafios para o próximo biênio

11.1 Transmissão da metodologia às Polícias Militares

Ampliar os dados do projeto com pontos mapeados em rodovias estaduais trará uma visão mais ampla de como o problema se apresenta no país. Sabe-se que, como toda atividade criminosa, a tendência é que haja migração e tentativa de adaptação à forma como as instituições de segurança pública realizam suas fiscalizações. Tratativas de forma isolada com algumas Secretarias de Segurança Pública já foram realizadas, porém sem sucesso de continuidade, o que nos fez enxergar a possibilidade de integração do projeto de forma nacional, através do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

11.2 Lançamento de novo aplicativo de mapeamento

Atualmente a PRF está trabalhando para desenvolver um aplicativo mais moderno para que os policiais possam realizar o mapeamento de forma mais eficaz e assim minimizar a possibilidade de erros durante o cadastro dos pontos. A ideia é que essa nova plataforma interaja com os demais aplicativos utilizados na atividade operacional e assim alerte ao policial quando este estiver próximo a um ponto crítico. Todos os dados lançados irão para um painel de governança capaz de gerar relatórios e cruzar os dados trazidos de outros bancos de dados como as denúncias do Disque 100.

11.3 Revisão dos critérios de análise dos pontos

Diante da rápida mudança na forma de comunicação nos últimos 10 anos, que trouxe mais celeridade através da utilização de mensagens instantâneas por aplicativos de smartphones, faz-se necessário compreender melhor de que forma essa inovação está interagindo com a dinâmica criminosa da oferta de exploração sexual de crianças e adolescentes em rodovias federais. Graças ao trabalho contínuo de prevenção e repressão realizado pela PRF, cada

vez menos crianças e adolescentes são vistos em situação de efetiva exploração às margens de rodovias federais, o que implica necessidade de revisão dos pesos e critérios que elevam ou diminuem a vulnerabilidade de um ponto. Faz-se necessário analisar se algum novo questionamento deve compor o rol de perguntas objetivas que o policial responde ao mapear um ponto, assim como se os pesos aplicados a cada resposta carecem de alteração.

11.4 Fortalecer a interação com a rede de apoio para que os dados aqui trazidos comuniquem-se com informações trazidas por outros órgãos.

11.5 Realização de mapeamento anual

Com a implementação das inovações tecnológicas, principalmente relativas ao aplicativo utilizado durante a operação de mapeamento, mapear de forma anual é um objetivo a ser trabalhado. A velocidade com que as mudanças nos cenários sociais ocorrem hoje é muito mais rápida do que ocorria há 10 ou 15 anos, o que faz do mapeamento anual uma necessidade.

11.6 Diminuição dos índices de pontos críticos e de alto risco e consequente aumento dos classificados como de baixo e médio risco

Rodovias mais seguras para crianças e adolescentes significa necessariamente ter cada vez mais pontos menos vulneráveis. Em um mundo ideal todos os pontos apresentariam nível baixo de risco. Ressalta-se que a PRF entende que não existirá um momento em que um ponto mapeado venha a possuir vulnerabilidade zero, existindo um ponto sempre haverá algum risco.





12. Considerações Finais

Não resta dúvidas que o combate à exploração sexual de crianças e adolescentes é uma tarefa que carece do envolvimento de diversas instituições públicas e privadas. A compreensão acerca das vulnerabilidades que precedem a exploração sexual é algo que não virá do olhar de um ator desse cenário, pois os problemas sociais perpassam por setores como educação, saúde, assistência social, lazer e cultura. O Mapear é apenas uma das ações necessárias à construção do conhecimento necessário para pensar em soluções eficazes e que de fato promoverão mudanças na vida das crianças e adolescentes resgatados e suas famílias. Só assim a efetiva quebra do ciclo de vulnerabilidades estará efetivada.



MAPEAR



9ª EDIÇÃO 2021/2022